# Os dez e os outros mandamentos de Deus

## 1. O PAPEL DO DECÁLOGO NA HISTÓRIA

Na tradição cristã, os dez mandamentos do Antigo Testamento assumiram, ao longo da história milenar da igreja, um papel muito importante. Tornaram-se o resumo por excelência da vontade divina para com o seu povo escolhido. Em conseqüência, são eles talvez o texto mais conhecido e mais citado das escrituras hebraicas[1]. Tal função central e quase exclusiva de uma só coleção de normas éticas e cultuais é pouco provável para os primórdios da história de Israel, e, de fato, tem, em seu favor, apenas indícios textuais muito precários.

A tradição bíblica em torno das revelações sinaíticas (Ex 19 até Nm 10) é muito complexa e difícil de analisar[2]. Gerações de escribas e comunidades trabalharam e retrabalharam essa enorme acumulação de regras oriundas de vários campos da vida civil e religiosa, usando as perícopes para determinadas situações de comunicação cultual ou educativa. Assim, o complexo literário que surgiu pouco a pouco, e por fim foi fixado canonicamente por teólogos pós-exílicos, parece um prédio muito velho, reconstruído irregularmente em reformas sucessivas e compreensivas, com multiformes anexos ao plano original. No que diz respeito aos mandamentos originais de Javé do monte Sinai, a tradição exibe não só uma mas várias tentativas de formular um texto conciso e definitivo, além de manter o

1. É interessante observar como os dez mandamentos recebem bastante atenção até em meios de comunicação secularizados. O diretor de cinema polonês Cristof Kieslowski, por exemplo, produziu um filme sobre a temática de cada mandamento.

2. Conferir: apenas alguns estudos mais recentes: Erhard BLUM, *Studien zur Komposition des Pentateuch*, Berlin, W. de Gruyter, 1990 (Beiheft zur Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft v. 189); Frank CRUESEMANN, *Die Tora*, Munique 1992; Joseph BLENKINSOPP, *The Pentateuch*, New York, Doubleday, 1992.



postulado abrangente de que "todos os mandamentos, estatutos, juízos" etc. tinham vindo da boca do Senhor[3].

Lendo o livro do Êxodo entramos no âmbito do Sinai com o cap. 19. Moisés está liderando o povo ao encontro de Javé, mantendo vários contatos com esse Deus do Sinai, e comunicando os resultados aos israelitas. Já em Ex 19,7-8 a transmissão de palavras divinas parece estar concluída. Há, no entanto, novas subidas do mediador para o Senhor no monte e, no fim do capítulo (v. 24), a provisão de mandar uma delegação para cima, aparentemente com a finalidade de selar um tratado, como o realizado mais tarde, em Ex 24,1-11. De repente, porém, Javé mesmo dirige-se à comunidade reunida (Ex 20,1). Aí tem a sua vez aquele encontro do povo todo, face à face com o seu Deus, intimado várias vezes em Ex 19,9.11.13.15.17. A idéia de que o povo não deveria se aproximar da presença de Deus ou de ser substituído por uma delegação de líderes (conferir Ex 19,20-24) parece intercalada posteriormente, depois mesmo do início do discurso de Javé (v. 19). Da mesma forma, o epílogo ao primeiro "decálogo" da Bíblia (Ex 20,1-17) visa impossibilitar uma nova revelação direta de Javé ao seu povo. Este povo libertado da escravidão do Egito não suporta a voz assustadora de Deus e quer somente a mediação suave do oficial encarregado de ler e interpretar a palavra sagrada (Ex 20,18-21), sinal certo da existência em Israel de uma liderança espiritual organizada, provavelmente em tempos exílicos ou pós-exílicos.

Este "decálogo" mesmo[4] é um bloco isolado no seu contexto imediato. Nada do que antecede ou se segue ao trecho Ex 20,1-21 alude com uma só sílaba a uma revelação tão concisa e crucial como acreditamos que seja. Muito menos ainda falam texto e contexto de uma lista enumerada de mandamentos. O cabeçalho usa a designação bem vaga "todas estas palavras" (Ex 20,1) que deixa esperar um discurso mais extenso do que o pronunciamento atual. E a seqüência de diretrizes divinas seguintes (Ex 20,22-23,33), o assim chamado "código da aliança", certamente não exibe mais aquela estrutura compacta, o interesse abrangente de orientação e a finalidade teológica marcante do nosso "decálogo" de Ex 20, que foi adotado mais do que o seu companheiro de Dt 5, como texto básico do ensino cristão.

Surpreendentemente o leitor da Bíblia se vê confrontado, depois de tantas palavras sagradas provindas do monte Sinai (Ex 20-23), e depois de uma aliança já ratificada no monte sagrado (Ex 24,1-11), com novas ordens de Javé a Moisés para subir e receber agora as "tábuas de pedra", bem como "a torá" e "o mandamento" (singular no hebraico! Ex 24,12) escritos por Deus mesmo. Obviamente,

3. É principalmente o Deuteronômio que sempre de novo coloca essa tese (conferir: Dt 4,40,44-45; 5,1.31; 6,1; 7,11; 8,1 etc.). Ao mesmo tempo, o Deuteronômio põe o decálogo em um lugar de destaque (Dt 5). A diferença entre o decálogo e os outros mandamentos é a seguinte: o primeiro texto foi ouvido por todo o povo, ao pé do monte, e os mandamentos posteriores – a voz direta de Javé sendo insuportável aos ouvidos humanos normais – chegaram ao povo por mediação de Moisés (Dt 5,24-27).

4. A literatura sobre os "dez" mandamentos é vasta; conferir: os estudos de Frank Lothar HOSSFELD, *Der Dekalog*, Fribourg e Göttingen, Universitätsverlag e Vandenhoeck, 1982 (Orbis Biblicus et Orientalis v. 45); e de Christoph LEVIN, "Der Dekalog am Sinai", *Vetus Testamentum*, v. 35, 1985, p. 165-191.

essa nova linha de narração com acentos inéditos no contexto anterior (a saber: permanência de quarenta dias no monte [v. 18], com conseqüente temática da "demora" de Moisés, na qual os substitutos Aarão e Hur não vão passar pelo teste de perseverança no culto, v. 14) vai continuar apenas em Ex 32–34, o bloco de prescrições em cima da construção e do equipamento do santuário central (Ex 25–31) sendo uma coisa bem especial de outra origem e finalidade. Vemos, então, que a tradição das tábuas e das "dez" palavras de Deus só entram em campo em segundo lugar. De Ex 19 para Ex 32 passamos, por assim dizer, da fase oral para a fase escrita da comunicação divina. As tábuas, como tais, são mencionadas, por exemplo, em Ex 24,12; 31,18; 32,15.16.19; 34,1.4 e com mais intensidade ainda em Dt 4,13; 5,22; 9,9.10.11.15.17; 10,1-5. Referência às "dez" palavras do Senhor encontramos apenas raramente, por exemplo, em Ex 34,28; Dt 4,13; 10,4.

A narração das tábuas de Deus que contém ordenanças-chave a serem colocadas – na tradição do Deuteronômio (Dt 10,1-5) – dentro da arca da aliança, é belíssima e feita com muito suspense. Moisés demora no monte o tempo previsto, e, descendo com as tábuas nas suas mãos, ouve o barulho da festa do bezerro de ouro (Ex 32,15-18). Na sua ira explosiva, Moisés quebra a primeira "edição" dos "dez" mandamentos, sem que nós soubéssemos quais eram as suas formulações exatas. Depois de várias ações por parte daqueles componentes fiéis ao Deus de Israel e diálogos entre Javé e Moisés o mediador da torá sobe ao monte de novo e traz de volta novas tábuas escritas por Deus, contendo as "mesmas palavras" como as primeiras (Ex 34,1). Nós, no entanto, ficaríamos bastante surpreendidos se esperássemos mandamentos iguais àqueles que encontramos em Ex 20. Nada disso. O "decálogo" de Ex 34,18-26 traz regras cultuais sobre festas e sacrifícios comparáveis às coleções de Ex 23,14-19; Dt 16,1-17; Lv 23,4-21.33-44, mas ele não tem nada a ver com o "nosso" decálogo.

Em resumo: Não existe o único decálogo que via de regra pressupomos em nosso fazer teológico e em nossa prática eclesial. Temos, isto sim, uma série de textos no Pentateuco que, de uma maneira ou de outra, foi indicada pela tradição vétero-testamentária como *ipsa verba* de Javé. O decálogo de Ex 20, por sua vez repetido em Dt 5,[5] constitui um tipo de *verbum divinum* especial. O decálogo de Ex 34 é um tipo bem diferente que tem os seus paralelos em outros textos da torá, não qualificados como palavras-chave ou mais importantes (conferir Ex 23; Lv 23; Dt 16 etc.). Veremos ainda que existem listas semelhantes de mandamentos que não cabem no esquema nem de um, nem de outro tipo.

Resta destacar mais dois fatos importantes a respeito da enumeração das prescrições em pauta.

(1) O número dez, em relação aos mandamentos de qualquer discurso de Javé, está bem enraizado na tradição posterior da canonização, principalmente

5. Conforme F.L. HOSSFELD, *op. cit.*, o "decálogo" de Dt 5 foi o primeiro a receber o seu lugar no início das revelações de Javé. Do Deuteronômio esse texto foi transferido para o contexto do livro do Êxodo para encabeçar as instruções sinaíticas. Nota-se que houve uma mudança significante no processo: a referência à libertação do Egito, no ensino sobre o sábado (Dt 5,15), foi substituída por uma argumentação em prol da criação (Ex 20,11).



na linha cristã. Também é muito plausível quanto ao seu valor educativo. Os dez dedos facilmente servem como ajuda em decorar e comemorar uma tabela dessa estrutura. Nos textos originais, porém, essa sistematização numérica não tem base nenhuma. Seja qual for o texto "decalógico" escolhido, entre aqueles que podem ser candidatos a esse privilégio, faltam todos os indícios que poderiam comprovar uma organização original em uma série de dez mandamentos. As dificuldades dos transmissores posteriores, a saber, os rabinos judaicos, bem como os teólogos cristãos, em sua ordenação das palavras de Deus, dão ampla prova desse fato. Todas aquelas coleções, até agora mencionadas, obviamente visaram dar uma forma acessível e compacta às palavras divinas. Mas nenhum modelo adotou uma enumeração explícita, como nós a conhecemos da tradição posterior. Há, de fato, pouquíssimas referências – e todas elas secundárias, e rapidamente esquecidas na tradição posterior – às *dez* palavras de Javé (Ex 34,28; Dt 4,13; 10,4).

(2) Na longa história do Pentateuco, a partir dos séculos VI e V aC, por muito tempo a sistematização em "dez" palavras[6] quase ficou desapercebida. Fora dos livros Êxodo e Deuteronômio não há nenhum traço dessa contagem de dez. Os profetas Oséias e Jeremias, por exemplo, parecem citar alguns mandamentos de Ex 20/Dt 5. Mas a citação não é exata e a ordem das proibições não confere com aquela que está no "decálogo". Ocorrem na lista dos profetas diversos mandamentos que não constam na lista das proibições do decálogo. Assim, Oséias 4,2 menciona a seqüência "perjurar, mentir, *matar, furtar, adulterar,* arrombar, cometer homicídio". Da mesma forma, em Jeremias 7,9, as acusações incluem "*furtar, matar, adulterar,* jurar falsamente, queimar incenso a Baal, seguir outros deuses". Da ocorrência de uma tríade de proibições, conhecidas do nosso "decálogo", não se pode deduzir, de jeito nenhum, um conhecimento do texto paradigmático de dez elementos. A alegada citação, muito mais provavelmente, remonta ao uso de um conjunto de regras básicas para a convivência social bem conhecido em muitas culturas e religiões[7]. Poderíamos continuar a investigar a tradição bíblica na busca dos "dez" mandamentos do Sinai. Não encontramos testemunhos não-ambíguos. A pregação do próprio Jesus nos evangelhos contém muitas referências à "lei de Moisés", mas nenhuma afirmação sobre as "dez" palavras de Deus. Para exemplificar isto brevemente: no Sermão do Monte, Jesus claramente se entrosa com os mandamentos do Antigo Testamento, interpretando-os de maneira radical. Jesus aponta, numa seqüência espantosa, os mandamentos "ditos aos anciãos" (Mt 5,21.27.33.38.43), que são: "não matarás; não adulterarás; não jurarás falso; olho por olho; amarás o teu próximo". Como foi o caso com os profetas do Antigo Testamento, também aqui não temos prova, ou até suspeita, de que o Sermão do

6. Uma boa supervisão sobre a história do decálogo oferecem os artigos referentes a ele na *Theologische Realenzyklopädie* v. 8, p. 408-440. Os autores das diversas disciplinas tratadas são L. Perlitt; J. Magonet; H. Hübner; H.-G. Fritzsche; H.-W. Surkau.

7. Um etologista (ciência do comportamento dos seres vivos), aluno do famoso Konrad Lorenz, da Áustria, até acredita que justamente essa tríade de proibições remonta a uma orientação inata aos seres sociais, quer dizer, antedatando de longe a história humana (Wolfgang WICKLER, *Die Biologie der Zehn Gebote*, Munique 1962).

Monte quis aludir ao texto de Ex 20/Dt 5 ou sugerir o número "dez" das palavras divinas. Muito pelo contrário, essa pregação de Jesus abre a visão para o todo das coleções de regras, orientações e ajudas colecionadas no Pentateuco, a torá sagrada do judaitismo. Jesus mesmo não faz uma escolha limitada e estreita de mandamentos. Ele se refere, também, em seus debates com os fariseus, escribas e saduceus, à torá integral.[8]

O uso preferencial dos "dez" mandamentos, como resumo da vontade de Deus, não tinha surgido ainda na igreja primitiva dos primeiros séculos dC. Os apóstolos e evangelistas do Novo Testamento, bem como os "pais da igreja", trataram a torá, quando necessário, como uma entidade ou em suas partes oportunas. Além disso, eles se referem, muitas vezes, à ética comum da cultura greco-romana. Somente na Idade Média começava a concentração do ensinamento ético no texto Ex 20/Dt 5, com a exclusão dos outros "decálogos" e da torá como um todo. O ponto de partida para tal desenvolvimento foi a práxis de confissão dos pecados. O "decálogo" se tornou um instrumento fácil e aparentemente adequado de averiguar as aberrações principais do caminho certo. O sacerdote no penitenciário podia recorrer a um texto aceito e conhecido por todos os que o procuravam. A doutrina dos sete "pecados capitais" e a escolha de sete "salmos penitenciais" veio a completar essa prática de confissão oral. As igrejas da reforma levaram o texto central da confissão católico-romana para os seus catecismos. Agora, o "decálogo" foi considerado o fio condutor da instrução cristã para uma vida condizente com a vontade de Deus.[9] Muitas vezes, o exemplo de Jesus foi esquecido, de que toda a torá, inclusive os seus catálogos de mandamentos, tem um resumo ideal em duas frases positivas do Pentateuco:

*"Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração,*
*de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e*
*amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Lc 10,27).*

Jesus expôs esta essência da torá a um adepto da torá quando perguntado pelo mandamento principal (Mc 12,28; Mt 22,36). A síntese em duas frases positivas, tiradas de Dt 6,5 e Lv 19,18, é magistral. No evangelho de Lucas, o homem que coloca a pergunta já sabe a resposta certa (citada acima) e prossegue a inquirir pelo próximo. Jesus, então, abre ainda mais os olhos dele, contando a história do bom samaritano (Lc 10,30-37). O teor dessa história corresponde exatamente a Lv 19,34: "para vocês, o estrangeiro, morando no vosso meio, deve ser como um cidadão; você deve amá-lo como a você mesmo". A discussão em torno da torá e do comportamento condizente é sempre aberta. Está em fluxo dinâmico, conforme as mudanças dos tempos, das sociedades e culturas.

8. Conferir, por exemplo, Mc 7,1-13 (paralelo a Mt 15,1-11); Mc 12,29-31 (paralelo a Mt 22,37-40; Lc 10,27) etc.

9. Mais detalhes sobre essa redução das normas para aquelas "dez" do catálogo preferido nos artigos citados da *Theologische Realenzyklopädie* (op. cit. em nota 6).



## 2. OS MANDAMENTOS: ORIGENS E FINALIDADES

É evidente que a redução cristã da vontade de Deus a uma dezena de palavras preferidas traz certas vantagens de perspicuidade e de pedagogia escolar, mas também abre a porta para os perigos de um legalismo autoritário e da exclusão de regras importantíssimas. Por isso temos que estudar os "mandamentos" da Bíblia, no seu contexto integral, para depois tirarmos conclusões dos resultados alcançados.

Regras éticas para um comportamento responsável diante de Deus e da sociedade encontramos em toda a Bíblia, não somente no Pentateuco ou, mais especificamente ainda, na perícope do Sinai (Ex 19 até Nm 10). Por razões óbvias, vamos nos restringir, na nossa investigação, a alguns textos típicos do Antigo Testamento. Uma ampla avaliação de todo o material à disposição exigiria muito mais espaço e tempo. O pressuposto implícito, neste procedimento, é o seguinte: vendo a acumulação das leis no âmbito do Sinai como um esforço teológico posterior, provavelmente da época exílica e pós-exílica, nós temos que perguntar pelos motivos humanos, ou seja, sócio-eclesiais que deram origem a esse tipo de prescrições que nós costumamos chamar de "mandamentos". Quais são as suas caraterísticas? Para que serviam inicial e originalmente? Como entraram em contato com outras normas civis e cultuais para formarem coleções, listas, códigos, livros dentro da tradição bíblica?

"Mandamentos", isto deveria ser claro, não podem ser intitulados como "leis". Afirmações jurídicas definindo casos conflituosos de uma determinada sociedade, via de regra, visam à solução de problemas já experimentados. Assim, a legislação criminal tenta providenciar regras para transgressões cometidas; tal tentativa inclui a definição do crime e das postuladas conseqüências. "Mandamento" é uma previsão daquilo que não pode acontecer em uma sociedade humana, ou daquilo que deveria ser feito para que a ordem dentro de um grupo ou organismo social seja mantida. As leis, portanto, estão voltadas para trás, vindo *post factum*, quando já houve danos, complicações, sugestões para uma saída. O mandamento olha para a frente, de certo também considerando situações havidas, mas com pleno e consciente intento de providenciar uma boa ordem, não deixando a desordem intervir. As leis dadas e aceitas por uma comunidade sempre se dirigem à responsabilidade do organismo social. Nenhuma pessoa individual pode responder sozinha para a execução de uma legislação específica, nem mesmo um rei absoluto e autoritário. Os mandamentos, embora acolhidos por uma sociedade inteira, são dirigidos aos indivíduos daquele organismo social. Pois tais normas éticas podem ser realizadas efetivamente apenas pela vontade individual. Por isso, a maior parte dos mandamentos bíblicos e extrabíblicos usa a apelação direta e singular: "tu não faças isto...". Quando se usa o plural, os destinatários, mesmo assim, são os indivíduos convivendo em um grupo. Conhecemos bem este modo de falar. É muito usado no discurso de adultos com crianças, para proteger os menores de danos previsíveis, para formar a sua consciência social, para entrosá-los nos modos da comunidade e fazê-los membros respeitados dela. A tendência reconhecível na Bíblia, e em outras culturas, de acumular catálogos dessas prescrições e proibições, certamente, provém do seu uso freqüente em regulares processos de ensino. Regra acumulada se lembra melhor!

Lv 19 é um catecismo muito importante de tais normas éticas e cultuais.[10] As tentativas modernas de dividir o capítulo em dois decálogos, deixando fora as estipulações cultuais, não mais convencem a ninguém.[11] O texto é uma obra redacional, isto sim, reunindo regras de diversas origens. Mas essa acumulação heterogênea foi feita de propósito. Os redatores tardios aparentemente quiseram juntar amostras do correto comportamento para a comunidade "santa" de Javé, que era o Deus santo por excelência (Lv 19,1). O conceito de santidade, implícito não só no capítulo em discussão, mas, sim, em camadas mais amplas da tradição exílica e pós-exílica,[12] parte de tradições sacerdotais do poder contagioso e perigoso da presença divina, que faz qualquer lugar ou objeto sagrado intocável para gente comum. Um exemplo muito drástico disso é a matança, realizada por parte de Deus, de pessoas que involuntariamente chegaram próximas à arca sagrada (1Sm 6,19: 2Sm 6,6-7). Mas isto é motivo de se estranhar, pois o catecismo da comunidade judaíta não se limita, de jeito nenhum, às regras cultuais e sacrificiais, de pureza e impureza, como também expostas em Lv 1–17. São incluídas, isto sim, no catálogo de Lv 19, normas de comportamento civil, ou seja, das relações interpessoais vigentes na comunidade. Já os versículos iniciais contêm uma mistura de mandamentos da esfera sagrada e da vida familial (Lv 19,3-4). No resto do capítulo alternam-se prescrições de cunho "sacerdotal" e "civil".[13] Na verdade, tal distribuição e mistura de regras fundamentais não é de estranhar, se nós consideramos seriamente a comunidade que está atrás dessas regras. O povo judaíta vivenciava tempos difíceis sob o domínio dos babilônios e persas, tentando preservar a sua identidade, cultura e religião num mundo pluralista e opressor. Por isso, o povo precisava de muitas orientações para a vida interpessoal e cultual.

A mesma mistura de normas éticas e religiosas encontra-se em algumas outras coleções das escrituras hebraicas, notadamente em Ez 18. Dentro de uma discussão ampla sobre a responsabilidade e culpabilidade de uma geração para a outra encontram-se listas concisas do "justo diante de Javé". Não poluir-se com sacrifícios às divindades alheias ou por ofensas sexuais são exigências básicas, mas claramente em íntima junção com algumas estipulações sociais (conferir Ez 18,5-9 etc.). Em outros casos, a perspectiva cultual é menos destacada, por exemplo em Jó 31, onde ocorre, entre tantas regras interpessoais, de caridade e solidariedade sociais, apenas uma prescrição meio-religiosa: a de se relacionar com poderes alheios, talvez através de ritos mágicos, para alcançar maiores lucros

10. Conferir: Erhard S. GERSTENBERGER, *Das Dritte Buch Mose – Leviticus*, Goettingen, Vandenhoeck 1993 (Das Alte Testament Deutsch v. 6). Esse comentário vai ser publicado também em inglês pela editora Westminster, de Louisville, na série *Old Testament Library*, ainda em 1996).

11. Conferir: Erhard S. GERSTENBERGER, *Wesen und Herkunft des "apodiktischen" Rechts*, Neukirchen-Vluyn, Neukirchener Verlag 1965 (Wissenschaftliche Monographien zum Alten und Neuen Testament v. 21).

12. É bom se conscientizar do fato de que essa "santidade" de Javé e do seu povo vai muito além da assim chamada "lei da santidade" em Lv 17–26. Assim, Ex 19,4-6; Lv 11,44: Dt 7,6 claramente propagam tal conceito.

13. As normas éticas ou "interpessoais" prevalecem em Lv 19,11-18.32-34, aquelas de ordem cultual em Lv 19,5-10.19-31, sem que essa preponderância implicasse em uma ausência total dos aspectos cada vez opostos.



(v. 26-27, conferir v. 24-25). Em outros contextos, que deixam transparecer listas de normas, parecem estar ausentes as estipulações cultuais. Isto confere, surpreendentemente, até nas assim chamadas "liturgias de entrada" (no recinto sagrado do templo): Sl 15; 24; Is 33,13-16. Nessas três enumerações do correto comportamento predominam as normas de justiça e equilíbrio entre os membros da comunidade que não devem prejudicar-se um ao outro, nem em termos econômicos. Além disso, existem aquelas tábuas de cunho cultual já apontadas, que concentram toda a atenção em torno de ritos e festas religiosas (conferir Ex 23,10-19; 34,18-26; Lv 23; Dt 16).[14] Também a narração de Ne 10, mostrando o surgimento de compromissos coletivos da comunidade para o futuro, menciona "todos os mandamentos de Javé" (v. 30), mas coloca em destaque algumas provisões especialmente urgentes para o sustento do santuário e de seu sacerdócio (v. 31-39).

Refletindo sobre esses diferentes catálogos de mandamentos divinos temos que perguntar: de onde os redatores tardios tiraram os componentes ético-sociais e religiosos? Quais eram os seus interesses principais em juntarem tais regras em catecismos de comunidade? Em que medida eles criaram novas estipulações para a manutenção do organismo social e eclesial do povo de Javé?

As normas sociais de certo provêm do âmbito familial, do clã, da aldeia, quer dizer, das pequenas comunidades que sempre juntaram os habitantes no seu convívio íntimo de trabalho diário, dos ritos e festas comuns. Neste nível da sociedade, com necessidade elementar, estão se desenvolvendo, sempre de novo, normas fundamentais do relacionamento interpessoal, sobretudo no que diz respeito à integridade pessoal, às relações sexuais e à propriedade particular. São justamente os três mandamentos mais compactos e elementares do nosso "decálogo" que caem nessa faixa de manter a ordem "primordial" entre as pessoas do convívio: "não matarás; não adulterarás; não furtarás!" (Ex 20,13-15; Dt 5,15-17). Esses mandamentos não precisam de muito comentário enquanto se trata de um regulamento interno do grupo pequeno. Quase é natural para qualquer cérebro e sentimento humanos que deveria ser assim. A paz de todos os conviventes depende da integridade pessoal de cada pessoa. As três normas citadas são destinadas a dar a proteção necessária contra a violência possível do irmão e da irmã (conferir Gn 4,8-16). A realidade dura da vida, porém, não permitia que os grupos íntimos se contentassem só com essas regras muito abrangentes e gerais. Precisava-se de explicações mais detalhadas, normas mais específicas. O que significava, afinal, matar, adulterar, furtar dentro do grupo de convívio? Alguns textos esclarecem tais perguntas. Lv 18,6-16 determina todas as relações ilícitas dentro da família patriarcal de três gerações que convivem no mesmo espaço.[15] O próprio "decálogo" especifica o que seja roubo entre os próximos de convivência (Ex 20,17; Dt 5,21). E mais ainda: a proteção básica das pessoas era ineficiente demais. Surgiram situações especiais que ameaçavam o convívio: falsidades, desconfianças, exploração dos mais fracos. Por isso, faziam-se listas de comportamentos altamente

14. Mas conferir também Ex 23,1-9; Dt 15 e 16,18-20, que são intimamente ligados às regras cultuais.

15. Conferir Erhard S. GERSTENBERGER, *Levíticus* (*op. cit.* na nota 10).

indesejáveis, como aquela de Lv 19,11-16 que foi aumentada no processo de coleção e redação por regras bastante positivas (v. 17-18), já visando a atitude voluntária e eticamente refletida diante do outro, e com isso o relacionamento não somente de parentesco, mas sim, de membros de uma comunidade de fé. Com isso coaduna-se a relação de empregado e empresário pressuposta em Lv 19,13, a existência de pessoas deficientes (Lv 19,14) que originalmente, de certo, tinham amparo suficiente nas suas próprias famílias, e a preocupação com a justiça local (Lv 19,15; conferir Ex 23,1-9).

A linguagem usada nesses mandamentos é didática: prevalece o tratamento direto, na segunda pessoa do singular ou do plural. Isto significa que as pessoas do sexo masculino (por inclusão também pessoas do sexo feminino?)[16] estão sendo admoestadas de que cuidassem desses preceitos. É linguagem de ensino, de aprendizagem social, primeiro nas famílias, depois também nas comunidades eclesiais do Israel vencido e disperso. O tratamento direto aparece igualmente, e com a mesma finalidade de instruir os jovens, na literatura sapiencial. Ali, não só existem as diversas formas de constatação de verdades essenciais para o convívio, mas também a linguagem clara de instrução. "Não roubes ao pobre, porque é pobre, nem oprimas em juízo ao aflito" (Pr 22,22);[17] "Filho meu, ouve o ensino de teu pai, e não deixes a instrução de tua mãe" (Pr 1,8).[18] É um erro fundamental proclamar as estipulações diretas e parenéticas do Antigo Testamento: afirmações singulares e inéditas de uma lei divina, como Albrecht Alt o fez no seu estudo clássico.[19] A ausência da linguagem de instrução nos códigos de leis encontrados no Antigo Oriente Médio se deve exclusivamente ao fato de que esses códigos foram compostos por escribas da corte real, e não por comunidades eclesiais na busca de orientação divina para a vida diária. Isto quer dizer que as diversas coleções de regras sociais e cultuais no Pentateuco, incluindo até as normas jurídicas civis (principalmente Ex 21,1–22,16), serviam em primeiro lugar à instrução da comunidade. A transformação estilística crescente é bem visível nos livros do Êxodo, Levítico e Deuteronômio, como de regras neutras para a linguagem de instrução. Ela é testemunho desse desenvolvimento.

Havia, além disso, em todos os níveis sociais um cuidado especial quanto ao comportamento religioso. Antigamente, a família era o centro do culto, e os

16. A questão da participação de mulheres no culto oficial e da existência de um culto caseiro, sob direção da mulher principal, está discutida em Erhard S. GERSTENBERGER, *Jahwe – ein patriarchaler Gott?* Stuttgart, Kohlhammer 1988 (uma tradução inglesa está sendo publicada em 1996 por Augsburg-Fortress Press, Minneapolis, intitulada *Yahweh the Patriarch*).

17. Todo o trecho literário, de Pr 22,17 até 24,22, foi composto com esse teor edificativo, no tratamento direto, visando o aluno, chamado de "filho". O trecho tem afinidades fortes com a literatura didática do Antigo Egito, especialmente com o ensino de Amenemope.

18. O bloco Pr 1 até 9, também em sua forma lingüística e seus conteúdos, tem ligação estreita com os ensinamentos do Antigo Egito. Além disso, existem exemplos amplos de uma literatura didática da antiga Mesopotâmia, conferir William G. LAMBERT, *Babylonian Wisdom Literature*, Oxford, University Press 1966.

19. Albrecht ALT, "Die Urspruenge des israelitischen Rechts" (1929), traduzido para o português, "As origens do direito israelita", in *Terra Prometida*, São Leopoldo: Editora Sinodal, 1987, p. 179-236.



santuários locais ocupavam o segundo lugar, com respeito aos ritos e às celebrações necessárias para o bom funcionamento da sociedade. Os patriarcas naturalmente construíram altares e sacrificavam para os seus grupos. Da época dos juízes ainda vêm notícias de lugares e ritos sagrados no âmbito familial (conferir Jz 6,19-27; 13,15-20). Dá para concluir, a partir de muitos indícios espalhados nos textos do Antigo Testamento, que os cultos pluriformes e decentralizados persistiram em Israel até, pelo menos, o fim das monarquias. Apenas mais tarde, na época exílica e pós-exílica, foi alcançada aquela concentração total na adoração exclusiva de Javé. Se essa avaliação da história religiosa do povo de Israel for certa, podemos imaginar facilmente como foi urgente também o conhecimento cultual para muitas pessoas encarregadas com sacrifícios e ritos, ofertas e festas cultuais. O chefe da família, por exemplo, devia saber bem como sangrar um animal e preparar devidamente a sua gordura e carne para Deus e os familiares. A mulher principal devia ser capaz de cuidar das cerimônias caseiras, de ofertas de comidas, de ritos festivos para várias ocasiões. Não é de estranhar, portanto, que os catecismos, acima apontados, tragam regras e normas religiosas provindo, com grande probabilidade, do âmbito familial e da aldeia. "Não cozerás o cabrito no leite da sua própria mãe" (Ex 23,19) é uma admoestação para o culto familial, provavelmente para a sua esfera feminina. "Não oferecerás o sangue do meu sacrifício junto com pão levedado, nem ficará a gordura da minha festa durante a noite até a próxima manhã" (Ex 23,18) igualmente são provisões para todo mundo saber e guardar, quando lidando com os ritos sagrados dentro dos cultos dos pequenos grupos. Os conhecimentos rituais eram importantes e, conseqüentemente, eles foram transmitidos de pai para filho, de mãe para filha, em determinados momentos da educação e da instrução caseiras.

Podemos seguir essas pistas e pesquisar o desenvolvimento das regras cultuais pelas organizações sociais e "eclesiais" da vida tribal, nacional e comunitária. Em outras palavras, podemos investigar as instruções religiosas nos santuários locais e nacionais, e chegar às normas vigentes da comunidade judaíta na dispersão. As ênfases variam profundamente. A última etapa das exigências religiosas certamente se destaca pela diminuição do sacrifício sangrento e pela importância suprema da exclusiva adoração do único Senhor Javé, da proibição de quaisquer imagens divinas, da valorização do sábado e das festas anuais. Por isso, existem catecismos no Antigo Testamento que nem mencionam, na sua parte religiosa, os sacrifícios (conferir Ex 20; Dt 5), mas colocam toda a ênfase nos deveres rituais da comunidade "sinagogal" que deixou de lado o culto sacrificial. As listas festivas (Ex 23; 34; Dt 16; Lv 23), por sua vez, visam principalmente a participação dos membros da comunidade nesses eventos "nacionais" de adoração a Javé, como medida para unir todos os crentes. São poucas as prescrições detalhadamente cúlticas. Catálogos, como por exemplo os expostos em Ez 18 ou Lv 19, por outro lado, destacam, em forma catequética, a prioridade da santidade de Deus que deveria se comunicar gradativamente ao seu povo inteiro, não só aos sacerdotes (conferir Lv 21).

Em resumo: dá para constatar que as regras éticas e cultuais foram constantemente transmitidas, avaliadas e organizadas em pequenos catálogos ou listas, conforme as necessidades, conhecimentos e valorizações dos grupos sociais e

religiosos que, de fato, precisavam da orientação. Nunca houve na história de Israel, apesar de fortes convicções em contrário (conferir Ex 34,4.28; Dt 4,1s; 5,1s; Jr 6,16; Mq 6,8), uma tábua única e imutável com número fixo de mandamentos divinos. Nunca havia separação total das esferas profanas e cultuais. Houve, isto sim, desenvolvimentos e transformações enormes ao longo da história social e espiritual de um povo que lutou pela sobrevivência por muitos séculos experimentando sempre a ajuda bem como o castigo de seu Deus. (Por acaso, o livro dos Salmos nos dá uma impressão vívida e mais variada, do que os assim chamados "livros históricos" no Antigo Testamento, dos sofrimentos e das vitórias da história milenar.)[20] O que nos resta desses extensos períodos são fragmentos mínimos de normas colecionadas e aplicadas em determinadas situações. Mas essas normas restantes são extremamente importantes para nós. Por serem consideradas em sua variedade e complexidade, na antigüidade judaíta e cristã, voz e ordem de Deus mesmo, exerciam elas um papel decisivo na formação da consciência ocidental. Até hoje os mandamentos (se bem que apenas as dez palavras do decálogo) de Deus estão na boca e no sangue da maioria das pessoas socializadas dentro da cultura judaico-cristã. Por isso, devemos respeitar essas normas fundamentais da nossa fé e cultura, na sua diversidade e relatividade contemporâneas.

## 3. OS MANDAMENTOS DE DEUS PARA HOJE

É claro, não podemos contar com aquelas palavras de ouro que sempre permanecem as mesmas, que nunca mudam de conteúdo, que somente precisam ser obedecidas e aplicadas. Os transtornos das sociedades, na época moderna sempre mais rápidos e assustadores, exigem cada vez novas reflexões e debates, orações e meditações em torno da pergunta enigmática: o que é bom para seres humanos e para a criação toda nessas épocas do poder exagerado dos homens? Entramos, com os desenvolvimentos das ciências exatas e das tecnologias revolucionárias de manipulações profundas na face do planeta terra; entramos em uma fase nova, verdadeiramente crucial, da história global. Os padrões da vida inteira, nos níveis pessoais, bem como sociais e internacionais, estão mudando tão radicalmente, que as normas tradicionais, herdadas de gerações anteriores, simplesmente não mais servem para orientar as nossas decisões diárias de curto ou longo prazo. Já os nossos filhos e filhas, netos e netas formando-se dentro de um mundo diferente daquele que nós encontramos em nossa juventude, por necessidade produzem outras idéias sobre bem e mal, vontade de Deus e perspectivas de sobrevivência. Com razão, se não o fizessem, o nosso mundo não teria a mínima chance de continuar vivendo.

É urgentemente necessário, portanto, que também avaliemos profundamente, dentro das igrejas, das comunidades eclesiais e dos meios teológicos e acadêmicos, os antiqüíssimos testemunhos da Bíblia na sua rica diversidade. Os mandamentos, ali encontrados, representam parceiros para o nosso diálogo. Eles

20. Conferir também a pregação dos mandamentos nos Salmos (por exemplo nos Salmos 15; 24; 50; 81; 95; 119); E.S. GERSTENBERGER, *Psalms, with an Introduction to Lyrical Literature*, FOTL XIV,1, Grand Rapids, Eerdmans, 1988.



são os nossos guias em questões fundamentais de orientação, sem jamais se tornar ditadores no campo ético.

Por exemplo, reconhecemos facilmente duas considerações básicas dentro das escrituras hebraicas: a preocupação para com os fracos da comunidade, a tentativa de garantir dignidade e justiça para eles e a ênfase muito especial na santidade de Deus, bem como de parcelas do mundo terrestre. Eis aqui duas linhas mestras de toda a pregação do Antigo Testamento, seja da torá, dos profetas ou da literatura sapiencial. O que fazemos com essa orientação de fundo? Temos que refleti-la e coordenar criticamente esses princípios com aqueles em vigência no mundo de hoje. Não dá para escolher alternativamente as normas da Antigüidade ou da nossa própria época para serem os novos mandamentos de Deus. É preciso, isto sim, uma discussão séria para encontrar o bem e o mal do *eon* vigente. Isto significa concretamente: os princípios sociais e teológicos da Bíblia nos alertam para nossa responsabilidade de tomar posições certas e justificáveis diante do Deus vivo de hoje, não do Deus dos nossos antepassados. A sociedade, que vivenciamos hoje, não é mais aquela agremiação familial, tribal, nacional ou imperial do Oriente Médio durante o primeiro milênio aC, mas sim, uma sociedade industrializada, globalmente economizada e interligada, sujeita a certas ideologias dominantes e exploradoras. Embora o jogo de poderes sociais, políticos, religiosos concorrentes esteja ainda em pleno andamento, como costumava ser o caso na Antigüidade, as estruturas da vida toda e os sistemas de pensar e avaliar o mundo hoje são diferentes. Não há mais, entre a maioria dos seres humanos, aquela teia íntima de relações familiais de um mundo agrário, comunhão tal que envolvia e suportava a pessoa desde o nascimento até a morte. Hoje, vivenciamos uma sociedade atomizada, fundamentada no princípio supremo da liberdade individual. Esse princípio exige o máximo de autonomia pessoal, em termos de educação, profissionalismo, chances de escolher o caminho subjetivamente certo, auto-suficiência, emancipação e forças competitivas. No plano maior da sociedade geral e internacional, a época moderna vê os conflitos sangrentos de grupos, etnias, classes de pessoas que se sentem excluídas. O conceito da autonomia também neste nível supra-individual é uma potência enorme, enquanto os sistemas ideológico-políticos quase desapareceram do mundo, abrindo as portas para um sistema econômico-ideológico a tomar conta do *dominium terrae*. Em suma: os papéis das pessoas individuais bem como as funções das macroestruturas da sociedade mudaram profundamente desde as épocas bíblicas. Conseqüentemente, temos que procurar, diante de Deus, as normas adequadas, os "nossos próprios mandamentos divinos de hoje", para orientar e regular essa antiga luta humana por justiça, liberdade e vida digna.

Naturalmente, a demanda por normas condizentes à nossa época é muito grande. Grupos e indivíduos, sem fim, estão clamando por orientações corretas dentro das terríveis confusões de interesses e opiniões divergentes. Não podemos aqui descrever os mandamentos éticos necessários para todas as entidades que chamam por socorro, pais e políticos, cientistas e economistas etc. Mas podemos esboçar, de modo geral, algumas linhas em duas áreas distintas de comportamento, para construir novas pistas de pensamento, isto é, a área particular, privada, e a área social, pública.

Primeiro, queremos refletir sobre os novos parâmetros de viver em grupos pequenos, primários. A grande família da Antigüidade (10 até 20 pessoas) com os seus problemas de conviver como entidade produtiva de trabalho, fé, cultura e relações pessoais íntimas, incluindo as relações sexuais, quase está extinta. Restam, pelo menos nas zonas industrializadas do mundo, pequenos grupos muito reduzidos de dois até quatro ou cinco indivíduos que ainda convivem no mesmo lugar, mas seguem, por força maior da formação e do emprego divergentes, caminhos bem especiais de ocupação diária. Raramente se encontram em casa. Pouquíssimas são as oportunidades de fazer alguma coisa em conjunto. Por outro lado, formam-se, na sociedade tão pluriforme e individualizada, pequenos grupos de interesse ou trabalho, de vizinhança ou de convicção religiosa, onde a pessoa moderna investe muita energia pessoal e ainda encontra, apesar de toda a autonomia desejada, a sua razão de ser. Aparentemente, seres humanos precisam, de uma maneira ou de outra, de um ambiente familiar de laços íntimos para se realizarem em suas ambições individuais e coletivas. A questão quente, então, é a seguinte: quais as regras básicas para todas essas formas de convivência moderna? Exigir, como o fazem documentos oficiais das igrejas ainda hoje, que a família patriarcal da Bíblia[21] seja o padrão mestre para as nossas vidas é ilusório. Não há chance de reverter o desenvolvimento social para um estado pré-industrial. Temos que admitir, talvez com pena e nostalgia, a existência de muitos grupos pequenos que, na verdade, são concorrentes da família antiga, substituindo-a de certo modo. Se, no entanto, a família patriarcal não pode ser o modelo dominante da vida íntima e pessoal, caem também essas regras patriarcais de autoridade e submissão ao chefe familiar. Os grupos pequenos de hoje, evidentemente, têm que obedecer as regras da igualdade de todos, da liberdade individual e do respeito diante da outra pessoa. Isto inclui, de certo, menores de idade (apesar do fato que eles precisam de educadores e da representação diante da lei), velhinhos, mulheres, empregados e empregadas, débeis, adeptos de crenças ou costumes minoritários, membros de outras nacionalidades ou raças. Cada ser humano, não importa quem seja, tem o seu valor intrínseco e deveria ser tratado, dentro de pequenos grupos de convivência, de modo digno e respeitável. Qualquer autoritarismo de um membro do grupo é proibido. Os sexos são absolutamente iguais no que diz respeito a seus direitos e deveres.

Vamos falar mais de perto de uma área específica da vida pessoal que desempenhou papel muito importante nas normas bíblicas: a valorização da sexualidade mudou bastante da Antigüidade para hoje. Muitos fatores influenciaram em tais mudanças. É claro, porém, que a velha posição dominante dos homens (ainda muito fraca nos mais antigos tempos israelitas; conferir Gn 30,15; Lv 18,19), que comandava o comportamento de suas mulheres (conferir Gn 38) acabou com as mudanças sociais experimentadas. Vale hoje a autonomia sexual, que só pode funcionar em um clima de confiança mútua. A apropriação e exploração sexual da mulher pelo homem, pouco condenada nas Escrituras (conferir Lv 19,20; Dt 22,28-29; 2Sm 13,1-22), hoje é um crime grave. A liberdade sexual, sempre

21. Conferir E.S. GERSTENBERGER, *Jahwe* (veja nota 16 acima).



praticada pelos homens, deveria ser concedida também às mulheres. Ao todo, a vida sexual hoje tem conotações e valores diferentes da Antigüidade bíblica e deveria ser reavaliada sob aspectos vigentes em concordância com as estruturas e costumes atuais. O melhor possível seria concordar em "privatizar", ao máximo possível, os comportamentos e orientações sexuais. Não pertencem eles tanto à esfera pública, mas sim, à esfera da responsabilidade frente à outra pessoa e a Deus mesmo. A sexualidade, por assim dizer, foi temida demais na tradição judaico-cristã (principalmente na última). Deve ser reconhecida, em nossos tempos, como pura dádiva e benefício aos seres vivos e às pessoas humanas, uma parte integral da personalidade. Como tal, pode e deve ser cuidada e gostada com dignidade e para o bem dos parceiros. O *etos* deveria desaconselhar aqueles abusos que violentam as pessoas. A lei deveria punir quaisquer atos criminosos, fora e dentro do casamento. Menores de idade precisam da proteção especial da opinião pública e do poder público. Fora disso, a sexualidade é coisa particular de cada pessoa individual. Não tem aquela grande importância cultual e religiosa que os nossos antepassados assumiram diante das condições vigentes da sua própria época.

Em segundo lugar, temos que refletir brevemente sobre as regras vivenciais nos grupos maiores da sociedade da nossa época moderna. A caraterística principal dessas agremiações é a sua anonimidade. Outra é a administração burocrática em vez de negociações face a face. Cada associação humana, que tem membros demais para que os indivíduos se possam conhecer mutuamente, pode ser qualificada como tal sociedade maior. São, então, organismos estatais, étnicos, eclesiais ou simplesmente organizações de interesse, profissão ou prazer. Aí a pessoa tem que assumir papéis diferentes daqueles que vigem dentro de grupos íntimos. E a associação como um todo tem que conscientizar-se de suas atividades e buscar uma ética da responsabilidade comum. Certo, o indivíduo sempre fica responsável pelos seus atos. Mas, além disso, existe também um agir comum de grupos, do qual os indivíduos fazem parte, às vezes passivamente, em silêncio, às vezes concordando com e apoiando os líderes. O ponto mais espetacular de ação comunitária, na maioria dos casos com efeitos bem negativos, é o entusiasmo que leva as pessoas a comportamentos irracionais, freqüentemente histéricos. Para dar alguns exemplos dos agrupamentos possíveis, podemos imaginar o cidadão com as suas responsabilidades nas teias entrelaçadas de uma sociedade nacional, ou a torcida de um time de futebol num estádio qualquer, ou os membros de uma igreja de porte nacional e internacional. No nível da ética social, portanto, precisamos de novas reflexões sobre as normas fundamentais da convivência, e essas regras deveriam ser globalizantes, porque nenhuma organização ou associação humanas pode mais escapar à dimensão universal da vida moderna. Como atuar responsavelmente em nossa situação precária de luta por justiça e sobrevivência global?

A sociedade moderna, vista mais de perto, destaca-se por muitos traços novos, como já dissemos. Para as nossas conclusões éticas, basta enfatizar alguns pontos marcantes. O limite da sociedade moderna não pode ser mais a etnia, raça, nação, igreja próprias e particulares, mas, sim, deve ser a humanidade toda, porque todos os seres humanos, hoje, visivelmente formam uma entidade no seu

destino comum. (As raízes deste desenvolvimento globalizante, é óbvio, remontam à Antigüidade e à fé israelita em um só Deus!). E mais! A crise ecológica deveria ser o problema fundamental do nosso pensamento ético, porque se não reconhecemos esse fato, não vamos ter muito mais tempo para refletir sobre esse assunto. A responsabilidade pelo mal-estar do planeta, a boa criação de Deus mesmo, é universal, pesando, no entanto, com múltipla força sobre os países industrializados. E mais um aspecto: temos que lidar seriamente com a desmitificação do mundo técnico e manipulável, com o homem sendo considerado o mestre absoluto da criação. A eficiência técnica e econômica não pode ser o único critério do nosso agir.

Quais, então, poderiam ser algumas normas básicas para o nível "superior" de atuação responsável no mundo complexo e globalizante de hoje? Tentemos, para finalizar, um esboço de um decálogo novo em concordância com os pensamentos traçados acima:

*Não penseis em termos absolutos sobre vós e vosso grupo, como se fôsseis o centro do mundo, porque só Deus é absoluto.*

*Não desprezeis o vosso próximo por causa do seu sexo, sua raça, convicção ou nacionalidade, porque o único Deus ama todos os seres humanos bem como toda a sua criação.*

*Não coloqueis o ser humano acima de tudo, porque ele também é apenas uma criatura de Deus.*

*Não desvalorizeis a natureza fazendo dela apenas o material do vosso prazer, porque Deus a criou para gostar dela.*

*Não ajais, nem individual, nem coletivamente, de maneira destruidora diante do meio ambiente, porque Deus quer proteger a vida neste planeta.*

*Não fomenteis preconceitos, conflitos e ódio entre os homens, porque Deus reconhece apenas o empenho por justiça e paz.*

*Não façais da eficiência econômica e do vosso ganho o critério principal das vossas decisões, porque Deus está zelando pelos marginalizados e fracos.*

*Não fecheis a vossa mente e a vossa vivência diante de outros grupos, culturas, religiões, porque o único Deus ama todo esse mundo pluriforme.*

*Não glorifiqueis, no vosso viver, qualquer sistema de poder, porque Deus ordena que todos os sistemas estejam a serviço da humanidade e da criação.*

*Não confieis em líderes fortes, mas estai sempre conscientes da vossa própria responsabilidade, porque Deus entende todas as pessoas do mundo como os seus colaboradores e colaboradoras na manutenção do planeta terra.*

*Erhard S. Gerstenberger*
Fasanenweg 29
D – 35394 Giessen,
Alemanha